

**ATA**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado – e Vereadores - Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador André Coelho Lima** – Referiu a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, perguntando quais as diligências concretas que têm sido tomadas em prol desses cidadãos. Quis saber, em especial, que medidas foram tomadas pela Câmara Municipal no âmbito da acessibilidade ao Parque de Estacionamento da Mumadona de pessoas com mobilidade reduzida, volvidos 45 dias após uma discussão mais mediatizada sobre esse assunto. Por último, questionou sobre as medidas específicas que foram tomadas pela Câmara Municipal para executar o plano de acessibilidade a Guimarães, que pretende tornar o perímetro da cidade mais acessível. -----

**2. Vereador António Monteiro de Castro** – Leu, em voz alta, um documento sobre as declarações do Presidente da Câmara

sobre a possível instalação da Loja do Cidadão solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: "Na última reunião de Câmara do passado dia 10 tivemos ocasião de ouvir o Senhor Presidente a afirmar que Guimarães iria ter uma loja do cidadão. Adiantou mesmo ter sido recebido em audiência pela Secretária de Estado da Modernização Administrativa a quem, entre outros assuntos, deu a conhecer a sua pretensão de ver instalada em Guimarães uma loja do cidadão e que, sendo certo que era ainda o início de um processo, esperava que em 2017/2018 estivesse já concedida. Uns dias mais tarde, mais concretamente no dia 16 de novembro, publicava o jornal Comércio de Guimarães declarações em que o senhor presidente da Câmara afirmava querer ver concretizada a aspiração de ter uma loja do cidadão a funcionar no centro da cidade, tendo ainda afirmado que tudo dependeria do espaço a encontrar mas que queria que esse espaço fosse central de modo a trazer para as zonas que considera centrais e excecionais o movimento que elas devem ter, referindo que no tocante à sua localização gostaria de ver a Loja do Cidadão a funcionar na Rua de Santo António. Acerca da natureza dos serviços a disponibilizar na Loja do Cidadão, o senhor presidente precisou que queria uma concentração de serviços num conceito inovador de prestação dos serviços da Administração central aos cidadãos, nomeadamente, Finanças, Segurança Social, Registos e Notariado. Confesso que foi com alguma perplexidade que ouvi e li tais afirmações pois, tinha presente, de memória, que a propósito de algumas intervenções havidas aqui em reunião de Câmara por parte de vereadores da coligação política a que pertença, acerca da possibilidade de instalação de uma Loja do Cidadão em Guimarães, no seguimento da aprovação pelo anterior governo da segunda fase de instalação de Lojas do Cidadão nas sedes de concelho no



âmbito do programa **Aproximar**, havia afirmado o Senhor Presidente estar mais preocupado com o **Campus da justiça**, sustentando que a criação da loja do cidadão se destinava a acabar paulatinamente com os serviços de proximidade até agora assegurados pelas repartições de Finanças e pela Segurança Social. Na verdade, perante estas afirmações do senhor presidente, até a mim próprio na altura me questionei acerca da razoabilidade desta argumentação que chamava a atenção para o aspeto negativo da destruição de emprego. Ora, perante esta nova posição do Senhor Presidente, gostaria de perguntar qual é a nova realidade que o fez mudar de opinião. Se não lhe parece que com a instalação da Loja do Cidadão não irão ficar ameaçados os postos de trabalho das repartições de finanças, da segurança social e dos Registos e Notariados de Guimarães.” -----

**3. Vereador José Torcato Ribeiro** – Mostrou-se preocupado com a redução de dotação orçamental superior a um milhão de euros das transferências do Orçamento de Estado de 2017 para o Hospital Senhora da Oliveira, comparativamente com o Orçamento de Estado de 2016. Disse que esta redução, a confirmar-se, levanta sérias preocupações pois poderá repercutir-se na prestação de cuidados à população servida por aquela unidade hospitalar, designadamente por via da não contratação de profissionais e aquisição de material e dispositivos clínicos e medicamentos imprescindíveis para a prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil e adequado. Referiu, ainda, a necessidade de realização de obras de requalificação no serviço de urgências, com destaque para as urgências pediátricas, esperando consenso alargado na defesa dos interesses do Hospital Senhora da Oliveira. -----

**4. Presidente da Câmara - a)** - Sobre o Parque de

Estacionamento da Mumadona disse que, acompanhado pela Arq.<sup>a</sup> Alexandra Gesta, reuniu com o Arq.<sup>o</sup> Siza Vieira, que reconheceu a necessidade de proceder à adaptação do projeto para quem tem dificuldades de mobilidade. Disse, ainda, que a rampa não resolve o problema existente no Parque de Estacionamento, pelo que a solução passará por um elevador com ligação da superfície ao 1º piso, onde haverá locais de estacionamento específicos para pessoas com mobilidade reduzida. Informou que o Arq.<sup>o</sup> Siza Vieira fará uma visita ao Parque no início do mês de dezembro para apurar, em definitivo, qual o local indicado para a instalação do elevador. Por último, disse ter sido confirmado pelo Arq.<sup>o</sup> Siza Vieira que esta questão está nas mãos da sua equipa técnica há cerca de 3 anos; **b)** – Sobre o Plano de Mobilidade para Guimarães informou que estava a ser executado pelos serviços do Departamento de Obras Municipais. Acrescentou, ainda, que em cada projeto e em cada ação desenvolvida por aquele Departamento é já seguida a orientação do Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades, esperando que nos finais de 2017 o problema das acessibilidades esteja resolvido em todo o concelho; **c)** - Sobre a reunião com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa disse que, ao tempo, referiu a importância da deslocação, sobretudo da 1ª Repartição de Finanças, considerando a sua deficiente acessibilidade, pelo que via com agrado a sua integração na Loja do Cidadão, assim como os serviços da Segurança Social e da Conservatória do Registo Civil, desde que tal não implicasse a redução de postos de trabalho. Manifestou a sua primordial preocupação com o Campus da Justiça, já que os Espaços do Cidadão existentes no concelho resolvem o problema da acessibilidade a um conjunto de serviços da administração pública. Finalizou, dizendo não poder ficar indiferente a uma



vontade do atual Governo de instalar em Guimarães uma Loja do Cidadão que constituirá mais um equipamento ao serviço dos cidadãos. Finalmente, esclareceu que o que havido dito à Comunicação Social era que via com bons olhos a instalação da Loja do Cidadão na Rua de Santo António mas que não excluía outros locais; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, disse que no âmbito da CIM do AVE e das candidaturas aos fundos comunitários regionais foi já inscrita uma verba de cerca de um milhão de euros para apoio às obras de requalificação do serviço de urgências do Hospital Senhora da Oliveira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Educação:  
**"Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2016/2017** - Como é de conhecimento superior, é apresentada anualmente pelo Município candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério de Educação e Ciência, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho nº 8452-A/2015, de 30 de julho, e publicado no Diário da República nº 148, (2ª série), de 31 de julho. De acordo com a informação prestada pela DGEstE está disponível a aplicação informática REVVASE -PGR para a formalização da candidatura referente ao ano letivo 2016/2017. Na candidatura deverá ser prestada informação, por cada estabelecimento de ensino, relativamente a: regime de funcionamento; estimativa de alunos do 1º ciclo que vão usufruir da refeição escolar; horário e local onde vão ser servidas as refeições; entidade que confeciona as refeições; custo de cada refeição escolar. O número previsível

de alunos que será abrangido pelo Programa no corrente ano letivo é de 4962, distribuídos por 64 escolas básicas, tendo-se estimado um custo médio refeição/aluno de €2,242. Em face do exposto, solicita-se autorização superior para desencadear os procedimentos necessários à formalização da candidatura.” -----

**2.** Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, o Relatório de Revisão Limitada com Conclusão sem Reservas relativo à CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda. -----

**3.** Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, o Relatório de Revisão Limitada com Conclusão sem Reservas relativo à VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta:  
“No projeto inicial do Cemitério de Monchique previa-se, já, a existência de um espaço para a localização de um Crematório. Esta construção afigura-se como uma oportunidade de continuar e consolidar a construção do cemitério de Monchique não só através do seu enriquecimento arquitetónico e paisagístico em coerência com o projeto e obra já realizados como também na



implementação de um equipamento complementar em função do cemitério e que, cada vez mais, se afigura presente e incontornável; Para efeitos de formalização da construção deste equipamento municipal foi adjudicada, ao autor do projeto inicial, a elaboração de um estudo prévio para que delineasse a estratégia e a conceção do Crematório no Cemitério de Monchique. Foi, também, elaborado um Estudo de Viabilidade Económica – Financeira para evidenciar a conta de exploração previsional para um horizonte de 25 anos para a construção e exploração do Crematório, conforme documento que se junta em anexo (**doc. 1**). De acordo com este estudo foram consideradas as receitas previsionais esperadas para a atividade do Crematório entre 2017 a 2041, com os valores previsionais usualmente praticados em equipamentos do género. O mesmo acontecendo com os custos associados e que se dão conta nos pressupostos e posteriormente nos mapas do estudo de viabilidade económica financeira. Foi tido em conta a especificidade atribuída à entidade que poderá vir a explorar o Crematório. Assim, considerando o facto das atividades desenvolvidas pela exploração do Crematório serem isentas de IVA de acordo com o art.º 9.º do CIVA, aliado ao facto que a entidade não poderá renunciar a essa isenção (art.º 12.º do mesmo código), fez com os valores de Investimento e dos custos tenham tido um incremento considerável. Mesmo assim, os dados previsionais apontam para uma viabilidade económica financeira no período em referência, permitindo ao Município de Guimarães a obtenção de uma renda pelo terreno cedido, bem como uma receita variável por cremação. Pretende-se, agora, dar seguimento a um procedimento concursal para a concessão da conceção, construção e exploração do Crematório de Guimarães, a instalar no Cemitério de Monchique, submete-se à consideração superior a presente

proposta de decisão de contratar que, a merecer concordância superior, deverá ser objeto de aprovação em reunião da Câmara Municipal e posterior sessão da Assembleia Municipal, nos termos conjugados da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e da al. p) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com os seguintes pressupostos: 1. O concurso é designado por "Concessão da Conceção, Construção e Exploração do Crematório do Cemitério de Monchique", que se rege pelas disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e suas posteriores alterações legislativas (doravante também designado por CCP). O presente concurso público visa a celebração, pelo Município de Guimarães, de um contrato que tem por objeto a concessão de obra pública que consiste no contrato administrativo pelo qual o Adjudicatário se obriga ao financiamento, conceção, construção e conservação da obra pública do Crematório, bem como o fornecimento, a instalação, a manutenção e a reparação de todos os equipamentos inerentes, e ainda a concessão do serviço público consubstanciado no desenvolvimento da atividade de exploração, manutenção, conservação e reparação do mesmo Crematório, nos termos do disposto no artigo 407.º e seguintes do CCP. Esta Concessão visa a: a) Conceção do projeto de execução do Crematório do CEMITÉRIO DE MONCHIQUE a instalar no recinto do Cemitério, sito na Rua Capitão Salgueiro Maia, Freguesia da Costa, Concelho de Guimarães, e das zonas envolventes, conforme o disposto no Caderno de Encargos; b) Construção, manutenção e conservação, por todo o período da Concessão, do Crematório do CEMITÉRIO DE MONCHIQUE, e das zonas envolventes, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos; e c) Exploração, por todo o período da Concessão, do Crematório do CEMITÉRIO DE





MONCHIQUE. 2. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 3. Propõe-se, ainda, a aprovação das seguintes peças do procedimento, anexas à presente informação: - Programa de Procedimento (**doc. 2**), - Caderno de Encargos (**doc. 3**), - Código de Exploração (**doc. 4**). 4. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Guimarães, nos termos da metodologia, fatores e subfactores de avaliação constantes do programa de procedimento. 5. Nos termos da cláusula 14.º do Caderno de Encargos, a Concessão terá como prazo de duração máxima 25 (vinte cinco) anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão. O prazo de Concessão decompor-se-á da maneira seguinte: a) 90 (noventa) dias, no máximo, a contar da data da assinatura do Contrato, para elaboração e entrega do Projeto de Execução (arquitetura e especialidades) e início da construção; b) 180 (cento e oitenta) dias, no máximo, a contar da data da assinatura do Contrato, para a conclusão de todas as obras; c) O prazo contratual restante, que terá início no dia seguinte ao da assinatura do Auto de Vistoria para efeitos de início da exploração, destina-se à exploração das instalações, não podendo o Concessionário cobrar qualquer tarifa ou prestar qualquer serviço ao público antes da assinatura do referido Auto. 6. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Dalila da Graça Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe de Divisão de

Serviços Urbanos; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Jurídica. Suplentes - a) Vogal: Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior da Divisão de Serviços Urbanos; b) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima e António Monteiro de Castro. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro que apresentou a seguinte **declaração de voto**: “A proposta que hoje vamos votar, concurso público para a concessão da conceção, construção e exploração do Crematório do Cemitério Municipal de Monchique, pretende entregar a entidades privadas, dentro de um espaço público, a realização e instalação de um equipamento que pela sua função e objetivos deve estar e manter-se na esfera da oferta da prestação de serviços e necessidades públicas. Sempre defendemos, é público, a importância da instalação deste equipamento no nosso concelho e esta posição mantém-se, mas não contem connosco para a privatização de funções e serviços que na nossa perspetiva fazem todo o sentido serem efetuados pela autarquia como garante de um serviço de qualidade com preocupações sociais e culturais. É por este modelo de gestão privada do Crematório do Cemitério Municipal de Monchique que a CDU vota contra.” -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE LORDELO – ALARGAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA PROF. LUÍS MACHADO –**

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de alargamento e requalificação da Avenida Prof. Luís Machado, na freguesia de Lordelo, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €15.300,22, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Lordelo, a atribuição de uma verba no valor de €16.218,23, destinada ao alargamento e requalificação da Avenida Prof. Luís Machado, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovada, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos da EB1 e JI de Roupeire a uma visita de estudo, no dia 16 de Dezembro, a Santa Maria da Feira. Considerando que se trata de uma visita de estudo de conteúdo didático, designadamente para os alunos assistirem ao

Musical “A ilha do tesouro”, tendo grande importância pedagógica e cultural e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM A EDP – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães mantém com a EDP Distribuição – Energia, SA um contrato de concessão, em regime de serviço público, da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Guimarães, celebrado em 29 junho de 2002, pelo prazo de 20 anos. Na sequência do Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Distribuição, que tem como objeto os equipamentos de iluminação a instalar nas redes de iluminação pública, procedendo à revisão do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, cuja cópia se junta em anexo como doc. 1, vem agora a EDP propor ao Município de Guimarães a celebração de uma adenda ao contrato inicial, nos termos do documento que se anexa como doc. 2. O que se pretende com esta adenda é alterar o tipo de equipamentos utilizados na iluminação pública, e que constavam do **Anexo I** do contrato inicial, passando as luminárias LED a ser o material de tipo corrente. Esta alteração implica,



assim, que as luminárias LED passem a ser utilizadas nas situações de estabelecimento de novas redes de iluminação pública, a substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio decorrente da remodelação de redes de iluminação pública e a substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação. Pretende-se, deste modo, propiciar a instalação progressiva de equipamentos modernos nas redes de iluminação pública, mais adequadas às exigências da eficiência energética e da economia de custos. Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração da adenda ao contrato inicial, nos termos da minuta em anexo (**doc. 2**), e ao abrigo da competência prevista na al. p) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTÓCOLOS - DIA INTERNACIONAL CIDADES PELA VIDA – CIDADES CONTRA A PENA DE MORTE 2016 - PROPOSTA DE ADESÃO** – Presente a seguinte proposta: “A Comunidade de Sant'Egídio nasce em Roma em 1968, logo após o Concílio Vaticano II. Atualmente é um movimento de laicos, ao qual aderem mais de 50.000 pessoas, empenhado na evangelização e na caridade em Roma, na Itália e em mais de 70 Países de vários continentes. As várias comunidades, espalhadas pelo mundo, partilham a mesma espiritualidade e os mesmos fundamentos que caracterizam o itinerário de Sant'Egídio. O Dia Internacional Cidades pela Vida – Cidades contra a Pena de Morte, representa a maior mobilização

abolicionista a este nível. O seu objetivo é promover o diálogo no seio da sociedade civil, envolvendo os órgãos de governação local, com o intuito de encontrar uma forma mais elevada e civilizada de justiça, que ponha fim à pena de morte e a qualquer tipo de violência. Este evento surgiu, pela primeira vez, em 2002, por iniciativa da Comunidade de Sant'Egídio, para assinalar o aniversário da primeira abolição da pena de morte da história, que ocorreu no Grão-Ducado da Toscana, em Itália, no dia 30 de novembro de 1786. Desde 2002, mais de 2000 cidades no mundo, já se declararam "Cidades pela Vida" e estão empenhadas na abolição da pena de morte, aproveitando esta iniciativa para despertar a consciência e envolver as instituições na procura de um sistema judicial que não incite à morte e que respeite a vida. Neste contexto, proponho a adesão da Câmara de Guimarães à rede "Cidades pela Vida", o que pressupõe a assinatura de um protocolo (em anexo), com vista à votação sobre a Resolução das Nações Unidas, em prol de uma Moratória Universal das execuções capitais (que se realizará no mês de dezembro de 2016 na Assembleia Geral da ONU) e que implica também a colaboração na iluminação de um monumento, anualmente, no dia 30 de novembro. À consideração superior." O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PROTÓCOLOS - MINUTA DO ACORDO DE ADESÃO À REDE LOCAL GARANTIA JOVEM** – Presente a seguinte proposta: "O

Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ) foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31/12, visando concretizar a Recomendação da Comissão Europeia para o desenvolvimento, em cada Estado-Membro, de iniciativas concertadas entre vários agentes no sentido



de proporcionar a todos os jovens com menos de 25 anos uma oportunidade de emprego, de educação e formação profissional, ou de estágio, no prazo de quatro meses após a situação de desemprego ou saída do ensino formal. Em Portugal, e no final de 2015, foram identificados cerca de 205 mil jovens NEET (Not in Education, Employment or Training), ou seja, jovens que não estudam, não trabalham nem frequentam formação profissional. Neste contexto, afigura-se pertinente a mobilização de parceiros a nível local, alargando a rede que tem vindo a estar envolvida na implementação do PNI-GJ. Pretende-se que os parceiros intervenham, de acordo com as suas competências, de forma a reforçar uma rede que permita garantir uma oportunidade aos jovens NEET e também uma resposta às suas necessidades. Assim, considerando a pertinência do envolvimento e da colaboração do município de Guimarães nesta problemática, e ao abrigo da competência prevista na al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, colocamos à consideração superior a minuta do Acordo de adesão à Rede Local Garantia Jovem, entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, e a Câmara Municipal de Guimarães (em anexo).” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É-nos proposta a adesão do Município de Guimarães à Rede Local de Garantia Jovem. Esta rede permite, como consta do texto da proposta, a promoção de *“iniciativas concertadas entre vários agentes no sentido de proporcionar aos jovens com menos de 25*

anos uma oportunidade de emprego, de educação e de formação profissional, ou de estágio, no prazo de quatro meses após a situação de desemprego ou saída do ensino formal". É, por isso, uma medida com enorme potencialidade, tanto ao nível social como sobretudo de enquadramento profissional dos jovens com idades até 25 anos. Entre as diferentes opções ao dispor do Município, a Câmara Municipal selecionou as seguintes: -----

Sinalização de jovens NEET	Diretamente	X	Em articulação com outros serviços/entidades	X
Orientação vocacional	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Desenvolvimento de técnicas de procura de emprego	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Ações de aconselhamento individual	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Desenvolvimento de competências (pessoais, sociais)	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Apoio social	Diretamente	X	Em articulação com outros serviços/entidades	X
Apoio na área da saúde	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Apoio na área da habitação	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
Outro tipo de apoios (especificar):				
	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	
	Diretamente		Em articulação com outros serviços/entidades	

Não podemos concordar com tão reduzida ambição. Não podemos concordar com tamanha diferença entre discurso e prática. Mas não podemos discordar da adesão à Rede Local de Garantia Jovem. Pelo que optamos pela abstenção." -----

**PROTÓCOLOS - PROGRAMA GUIMARÃES 65+ - RATIFICAÇÃO DE ADENDAS** - Presente a seguinte proposta: "Na sequência do desenvolvimento do Programa Guimarães 65 +, a decorrer no concelho desde 2013, que tem como finalidade prevenir o isolamento das pessoas idosas do concelho em situação de





particular fragilidade e vulnerabilidade, sete novas entidades manifestaram interesse em aderir ao Protocolo deste Programa (celebrado em 18 de Julho de 2013), através da cedência de técnicos para assumir a função de gestores sociais. As entidades que apresentaram os pedidos de adesão foram: Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos; Centro Social Paroquial de Santa Marinha da Costa; Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvaes; Junta de Freguesia de Mesão Frio; Junta de Freguesia de Ponte; Lions Clube Guimarães e Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave. A adesão destas entidades ao programa torna possível uma maior cobertura no apoio aos idosos sinalizados, indo ao encontro das necessidades que têm vindo a ser diagnosticadas, pelo que se submetem, para ratificação, as Declarações de Parceria (em anexo) que foram já assinadas no passado dia 14 de Outubro, na cerimónia integrada nas Celebrações da Semana Sénior e no contexto da apresentação dos resultados do Programa Guimarães 65+, que salientam a sinalização de 1773 idosos e a existência de uma rede institucional de apoio constituída por 65 serviços e 41 gestores sociais.” As referidas adendas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE BOLSA DE TERRAS DE GUIMARÃES** –

Presente a seguinte informação: “Os serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento de Bolsa de Terras de Guimarães, através do qual se visa encontrar proprietários dispostos a ceder por arrendamento os seus prédios rústicos para explorações agrícolas e empreendedores, com o objetivo de disponibilizar terra

para os aderentes à Incubadora Rural de Guimarães e outros. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à alteração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Aquilo que se pretende neste ponto da ordem trabalhos é dar início ao procedimento da aprovação de um regulamento de Bolsa de Terras em Guimarães com vista estimular proprietários a ceder por arrendamento os seus prédios rústicos para exploração agrícola de aderentes à incubadora Rural de Guimarães. Como não poderia deixar de ser iremos votar favoravelmente já que se trata de uma proposta que fez parte do Programa eleitoral do CDS em 2009 e que foi mesmo objeto de propostas concretas feitas pelo CDS na legislatura 2009/2013 assim como integrou também o programa eleitoral da coligação juntos por Guimarães que propunha, no capítulo da Agricultura, um Plano estratégico para o



desenvolvimento rural de Guimarães que funcionasse como incentivo à atividade agrícola, que assegurasse o desenvolvimento sustentado do território e sobretudo que evitasse o abandono das aldeias e localidades rurais. Esse mesmo plano estratégico passaria pela implementação no concelho de Guimarães de um regime de **Bolsa de Terras** por forma a permitir serem cultivados os terrenos abandonados criando valor acrescentado, assim como um conjunto de benefícios fiscais à instalação de novos negócios nas áreas da agricultura e da Agroindústria. Propunha ainda um regime especial para licenciamento das construções agrícolas e agroindustriais, simplificado nos procedimentos e com regime de benefício fiscal; Propunha medidas de apoio aos produtores concelhios no desenvolvimento propostas de modernização e diversificação das suas explorações e na facilitação à candidatura de projetos nacionais e comunitários; E propunha-se promover a aproximação entre investigação e produção na criação de inovação em parceria com universidade do Minho, com os politécnicos da região e com as associações de agricultores e a Agroindústria. Portanto senhor presidente senhoras e senhores vereadores, apesar de não estarem contemplados todos os objetivos da nossa proposta eleitoral não poderíamos ter outra posição que não fosse a de votar favoravelmente a presente proposta." -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DE SELHO S. CRISTOVÃO**

– Presente a seguinte proposta: "O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Selho S. Cristóvão vem solicitar a cedência de mobiliário destinado a apetrechar a sua sede, para que os seus atletas possam organizar o material associado à prática desportiva. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal constatou-se a existência de 3 armários metálicos e 4

armários/cacifos que poderão ser disponibilizados. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €220,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3 Armários metálicos	€40,00	€120,00
4 Armários cacifos	€25,00	€100,00
Total		€220,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO – FREGUESIA DE**

**URGEZES** – Presente a seguinte informação: “A Junta de Freguesia de Urgezês através do seu ofício nº70/2016, datado de 25/10/2016 vem solicitar a cedência de mesas e cadeiras destinadas às atividades promovidas no seu polo cultural da Vaca Negra – Centro para Criação, Arte e Cultura. De acordo com informação da Divisão de Educação há a possibilidade de cedência de algum equipamento recolhido das escolas básicas encerradas, nomeadamente 10 mesas duplas de sala de aula e 20 cadeiras de aluno que, embora se encontre em razoável estado de conservação, não responde às necessidades atuais dos estabelecimentos de ensino. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela autarquia do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao qual foi atribuído o valor total de €230,00, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) do artigo 33º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10 Mesas duplas de sala de aula	€ 15,00	€ 150,00
20 Cadeiras de aluno	€ 4,00	€ 80,00
Total		€ 230,00



**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ENTIDADES PARTICIPADAS - IDEGUI - INSTITUTO DE DESIGN DE GUIMARÃES - ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO ECONÓMICA - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS -**

Presente a seguinte proposta: "Nos termos do preceituado do artigo 15.º dos Estatutos do IDEGUI – INSTITUTO DE DESIGN DE GUIMARÃES – ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO ECONÓMICA, os mandatos dos titulares dos órgãos sociais são de 3 anos. Sendo necessário designar os corpos sociais para o triénio 2016/2019, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Para a Assembleia Geral, João Miguel Castro Oliveira, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. 2.2 – Para o Conselho Geral: - Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; - José Miguel Fonseca de Neiva Santos, Designer."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O PONTO 1.**

**DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2, COM 6 VOTOS A FAVOR E 3 VOTOS EM BRANCO. -----**

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF. ABEL SALAZAR - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: "O Agrupamento de Escolas Prof. Abel Salazar solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos alunos do 4º ano, entre as Escolas Básicas do Agrupamento e a Biblioteca Raúl Brandão, no dia 24 de Novembro. Considerando que, se trata de uma visita de estudo à

Biblioteca Raúl Brandão, no âmbito da comemoração dos 150 anos do nascimento do Raul Brandão, promovida pela Biblioteca Escolar do Agrupamento supracitado e, para que haja a concretização deste objetivo escolar, necessitam de dois autocarros para transportar os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF. ABEL SALAZAR - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Prof. Abel Salazar solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos alunos do 4º ano, entre as Escolas Básicas do Agrupamento e a Biblioteca Raúl Brandão, no dia 17 de Novembro. Considerando que, se trata de uma visita de estudo à Biblioteca Raúl Brandão, no âmbito da comemoração dos 150 anos do nascimento do Raúl Brandão, promovida pela Biblioteca escolar do Agrupamento supracitado e, para que haja uma concretização deste objetivo escolar, necessitam de dois autocarros para transporte dos alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROF. ABEL**



**SALAZAR - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Prof. Abel Salazar, nomeadamente a Escola Básica de Poças, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 15 de Novembro, entre a Escola Básica de Poças e o Museu Alberto Sampaio. Considerando que se trata de uma visita de estudo ao Museu Alberto Sampaio, tendo como objetivo mostrar aos alunos do 4º ano da Escola Básica parte da história vimaranense e sua inserção na história Portuguesa, possuindo assim, relevante interesse pedagógico e cultural e, para tal necessitam de um autocarro para transportar os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 08 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária de Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos a uma visita de estudo, no dia 14 de Novembro, entre a Escola Secundária de Caldas das Taipas e a Pousada de Santa Marinha, situada na Freguesia da Costa. Considerando que se trata de uma visita de estudo realizada no âmbito da disciplina técnica de operações técnicas de receção, atendendo que a Pousada de Santa Marinha tem um serviço de excelência, permitindo assim aos alunos o contacto com profissionais do sector hoteleiro, para que haja a concretização

deste objetivo escolar, necessitam de um autocarro para transporte dos alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 10 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABAÇÃO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Abação solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros, para efetuarem o transporte dos alunos, no dia 29 de Novembro entre as Escolas do Agrupamento e a Resinorte. Considerando que é uma visita de estudo à Entidade Gestora responsável pela recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos, tendo um objetivo iminentemente pedagógico e social, através da demonstração do percurso do lixo até ganhar uma nova vida, consciencializando assim os alunos do 5º ano para a política dos 3 R'S, necessitam de dois autocarros para transportarem os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 15 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - EB1/JI - MASCOTELOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1/JI Mascotelos, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos





desta escola, no dia 15 de Dezembro entre Mascotelos e Silvaes. Considerando que se trata de uma ida ao cinema, de forma a assinalarem o fim do primeiro período do ano letivo, atentando que o cinema é usado também como instrumento didático-pedagógico e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 07 de outubro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL VICENTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Gil Vicente solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 17 de Novembro entre a EB1 Quinta do Vale e a Resinorte. Considerando que é uma visita de estudo à Entidade Gestora responsável pela recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos, tendo um objetivo iminentemente pedagógico e social, através da demonstração do percurso do lixo até ganhar uma nova vida, consciencializando assim os alunos para a política dos 3 R'S, necessitam de um autocarro para transportar os alunos e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE SANDE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** - Presente a seguinte

proposta: "O Centro Social Paroquial de Vila Nova de Sande solicitou a colaboração do município, através da cedência de dois autocarros para efetuarem o transporte do grupo de idosos no dia 24 de Novembro, entre o Centro Social da Freguesia e o Santuário da Penha. Considerando que, neste dia se celebra o dia da Ação de Graças e, este grupo intitulado de "Encontro de Saberes" tem como objetivo apoiar e dinamizar atividades com os idosos, com esta atividade vão proporcionar-lhes um dia de carácter religioso assinalando o agradecimento à longa vida que lhes foi concedida e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 11 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO PARA APOIO NO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES** – Presente a seguinte proposta: "A

presente proposta refere-se à atribuição de um subsídio para apoio no pagamento de taxas de licenciamento de obras particulares para uma munícipe com uma filha portadora de deficiência. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir à requerente: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor a Apoiar (€)
212178202/16	Sande Vila Nova	F	38	€46,89	4	Desempregada	1.000,00

Comprovada a precariedade económica do agregado familiar bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal



para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, e considerando o enquadramento deste apoio no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio no valor de €1.000,00 (mil euros), ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do Regulamento anteriormente citado.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – REALIZAÇÃO DE UM CONJUNTO DE OBRAS NUM MURO E EM VÁRIOS PRÉDIOS DE HABITAÇÃO SITUADOS NA RUA DAS SENHORAS DO MONTE, NA FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO** - Presente a seguinte

informação: “A presente proposta refere-se à atribuição de um subsídio a cinco munícipes, no contexto de uma situação acompanhada pela Divisão de Fiscalização e Contencioso (Vistorias Administrativas, Procº nº 90/15), em que é identificada a necessidade de realização de um conjunto de obras num muro e em vários prédios de habitação situados na Rua das Senhoras do Monte, na freguesia de Selho S. Cristóvão, obras estas imprescindíveis para a segurança dos moradores. Tendo presentes as possibilidades previstas na alínea e) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, os moradores solicitaram formalmente à Câmara Municipal a concessão de apoios monetários para a realização destas obras. O estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços comprovou a precariedade económica de cinco agregados familiares, apresentando-se, de seguida, alguns dados de caracterização socioeconómica, bem como a proposta dos valores a atribuir a cada um, de acordo com o seu rendimento per capita:

Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor a Apoiar
175023190/15	50	M	€216,57	5	Pensionista	€3.898,36
192529676/15	46	M	€198,52	4	Operador de Máquinas	€4.713,11
123803479/15	56	M	€249,61	2	Operário Têxtil	€2.404,65
157464954/15	72	M	€211,72	2	Pensionista	€4.124,68
190911077/15	44	M	€172,09	5	Operário fabril	€5.658,00

Atendendo a que a Segurança Social não tem possibilidade de dar resposta a esta situação, e podendo ser concedidos apoios financeiros ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, propõe-se, ao abrigo da alínea e) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a atribuição dos apoios acima referenciados, no valor total de €20.798,80 (vinte mil setecentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos)."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA 7 PESSOAS CARENCIADAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte informação: "A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de 7 munícipes portadores de deficiência, que referenciaram uma situação de precariedade económica dos seus agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos



realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
223943363/16	Selho S. Jorge	26	Masculino	54,57	98%
243356749/16	Urgeses	27	Masculino	249,20	90%
261813978/16	Urgeses	21	Feminino	212,33	60%
247525600/16	Pinheiro	25	Masculino	275,38	84%
245317856/16	Vermil	20	Masculino	190,72	98%
235791342/16	Pinheiro	21	Masculino	126,33	81%
245599630/16	S. Torcato	21	Masculino	231,87	76%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €15.300,00 (quinze mil e trezentos euros), para que se possam deslocar das suas casas para a AIREV (Associação para a Integração e Reabilitação Social e de Crianças e Jovens Deficientes), sediada em Infias, Concelho de Vizela, de janeiro a dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA**

**DE DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de um munícipe portador de deficiência, que alegou uma situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
226265021/16	Gondar	26	Masculino	Rendimento Disponível Negativo	Atraso no Desenvolvimento Psicomotor

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €1.257,75 (mil duzentos e cinquenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), para o Centro D. João de Novais e Sousa, sediado em Braga, de novembro a dezembro de 2016 e de janeiro a dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – GRUPO CORAL DE PONTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta: “O Grupo Coral de Ponte solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do grupo infantil convidado a participar no concerto de cariz solidário no Paço dos Duques, no dia 5 de Novembro de 2016. Considerando que o Grupo Coral de Ponte promoveu um concerto de cariz solidário tendo como beneficiário a “Casa da Criança de Guimarães”, e para a sua realização convidou a participar o “Coro Infantil da Academia de Musica Fernando Matos”, tendo este grupo de ser transportado entre Caldelas e o Paço dos Duques e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 05 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - IRMANDADE DE SÃO CRISPIM E SÃO CRISPINIANO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA FINANCIAMENTO DA 2ª FASE DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO PATRIMONIAL**

– Presente a seguinte proposta: “No passado dia 12 de maio a Câmara Municipal aprovou proposta de atribuição de um subsídio de €40.000,00 à Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, tendo em vista que, em face do estado de conservação dos imóveis de que é proprietária, a Direção daquela entidade se propusera executar obras de reabilitação funcional e restauro dos espaços consagrados ao serviço social assegurado pela Irmandade e na promoção de trabalhos de conservação e restauro do acervo da Capela do Albergue de São Crispim, cujo levantamento enviou ao Município e mereceu por parte dos técnicos que o apreciaram

uma avaliação positiva. Referia-se então que, “para além de deter um valioso património artístico e arquitetónico, a Irmandade de São Crispim e São Cipriano continua a desenvolver importantes ações de cariz solidário e social, revestindo-se a preservação daquele património e a continuidade das funções sociais de inquestionável interesse público”. Assim, na sequência do pedido formulado pela entidade e em razão do interesse público destas intervenções, proponho a atribuição, à Irmandade de São Crispim e São Cipriano, de um novo subsídio de €40.000,00 destinado a compartilhar nos custos de execução da 2ª fase das obras mencionadas. A ser aprovada, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - CASA DO POVO DE FERMENTÕES – SUBSÍDIO PARA PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM AS OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MUSEU DA AGRICULTURA** – Presente a seguinte proposta: “A Casa do

Povo de Fermentões solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a participação nas despesas com as obras de conservação e remodelação do edifício do Museu da Agricultura, no valor total de 25.000,00€, tendo em conta o seu elevado estado de degradação. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar para a conclusão das obras em causa, estimando-se uma despesa no valor de €16.225,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e do interesse público inerente, proponho a atribuição à Casa do Povo de Fermentões de um subsídio no valor de €17.198,50, destinado a compartilhar nas despesas com as





obras de conservação e remodelação do edifício do Museu da Agricultura, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento nº 606/2010, de 15 de julho - Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – APOIO À ATIVIDADE EDITORIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O ANO DE 2016 – ALTERAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

– Presente a seguinte proposta: “No passado dia 4 de fevereiro o Executivo deliberou apoiar financeiramente um conjunto de edições no âmbito do Regulamento de Apoio à Atividade Editorial. Uma das edições constantes da referida deliberação intitula-se “O Guerreiro” (aquisição de 50 exemplares por €600,00) de autoria de Vasco Manuel Magalhães Teixeira que, por não dispor de meios de faturação, vem solicitar que o montante em apreço seja pago a GUGOL Editores e Livreiros, Lda., distribuidora da referida publicação, pelo preço referido, que já inclui IVA. Considerando que a alteração que nos é solicitada não desvirtua o objeto da deliberação, proponho que a mesma seja autorizada.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS URGENTES NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GUIA**

– Presente a seguinte proposta: “Presente um ofício da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira solicitando a atribuição de um apoio financeiro destinado a

apoiar a realização de obras urgentes na Capela de Nossa Senhora da Guia, no sentido de debelar infiltrações de água que se verificam do lado da Muralha. Refira-se que o ofício em referência vem acompanhado de orçamento prevendo a realização de trabalhos conformes às necessidades identificadas por equipa técnica do Município que se deslocou ao local para analisar as referidas infiltrações, e que aponta para um montante de €4.800,00 + IVA. Deste modo, na sequência do pedido formulado pela entidade e em razão do interesse público destas intervenções, proponho a atribuição, à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, de um subsídio de €5.000,00 destinado a financiar a execução de obras na Capela de Nossa Senhora da Guia, tendentes a debelar as infiltrações que atualmente se verificam. A ser aprovado, o aludido subsídio será pago apenas mediante autos de medição a realizar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010)**

– Presente a seguinte proposta: “1. Nos termos do Regulamento nº 606/2010 propõe-se a atribuição dos seguintes apoios destinados a atividades ou investimentos a realizar no 1º semestre de 2017: ---

**a) Apoios financeiros -----**

Entidade candidata e designação do projeto	Montante atribuído
Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra Com Tradição	5.000,00 €
Cineclube de Guimarães Shortcutz Guimarães	3.000,00 €
Sociedade Musical de Pevidém	



Música/Artes Performativas - Gravação de CD	2.300,00 €
Música com História	3.000,00 €
<b>Sociedade Martins Sarmiento</b> 1ª Edição do concurso/exposição de fotografia "Guimarães - Expedição fotográfica"	3.000,00 €
<b>Associação Académica da Universidade do Minho</b> Sonora Museu	2.500,00 €
<b>Casa da Juventude de Guimarães</b> Integr'arte 2,0	3.000,00 €
Federação de clubes e Centros UNESCO	2.000,00 €
<b>ADCL</b> Teatro Auto dos Físicos - Gil Vicente	2.500,00 €
<b>Osmusiké - Associação Musical Artística do CF Francisco de Holanda</b> Teatro - A Derrota da Bruxa Poluição	2.000,00 €
Osmusiké a Cantar os Reis na Nossa Terra	3.000,00 €
<b>Associação de Amigos do Paço dos Duques e do Castelo</b> Heráldica para Crianças	2.000,00 €
<b>Assembleia de Guimarães</b> Memórias e Arquitetura	4.000,00 €
<b>Muralha</b> Coleção de Fotografia da Muralha - Um Passado com Futuro	5.000,00 €
<b>CAAA</b> Transversalidade nas diversas áreas artísticas	15.000,00 €
<b>Ciclo de Arte e Recreio</b> 1ª Mostra Literária de Guimarães	10.000,00 €
<b>67.300,00 €</b>	

**b) Apoios não financeiros** - No caso do projeto "Sonora Museu", promovido pela Associação Académica da Universidade do Minho, propõe-se ainda a cedência e operação de equipamento de som e luz, se disponível. -----

## **2. FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE GUIMARÃES**

**2016** - O Festival internacional de Guitarra de Guimarães é um evento promovido e organizado pela Sociedade Musical de Guimarães com o apoio do Município de Guimarães. Concertos, Masterclasses, Workshops, Concurso Internacional de Guitarra "Cidade de Guimarães" e um Ciclo de Conferências compõem o programa anunciado para a 3ª edição de um festival que alcançou significativo sucesso desde a sua primeira edição e que se reveste

de inquestionável interesse público. Nessa medida, propõe-se ainda, nos termos do disposto no nº 6 do Art. 2º do Regulamento n.º 606/2010, a atribuição, à Sociedade Musical de Guimarães, de um subsídio de €8.500,00, destinado a compartilhar nos custos de realização da terceira edição do Festival internacional de Guitarra de Guimarães, a decorrer de 22 a 30 de dezembro de 2016. -----

**3. GENÉRICO** - Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas, devendo estas observar o disposto no Art.º 16º do Regulamento nº 606/2010 em matéria de avaliação dos apoios concedidos. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, caso as certidões constantes dos respetivos processos de candidatura não sejam válidas no momento do pagamento. Nos termos do nº2 do Art.º 6º do mesmo Regulamento, os apoios concedidos deverão ser publicamente divulgados, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**CULTURA – HEREDITAS - BASE DE DADOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “Toma-se por desnecessária a menção das Cartas e Convenções internacionais, relativas à importância da preservação do património construído e natural, material e imaterial, erudito e vernacular, para que se entenda ser esta a forma mais capaz de afirmação cultural dos povos. Termos por nosso o que nos foi legado pelos nossos, é um sentimento que ocupa um lugar especialmente privilegiado nas emoções de cada um. Assumido nas suas mais variadas manifestações, o património cultural traduz a



forma como nos relacionamos: uns com os outros, com o território, com a história, com a religião, com a natureza... Lenta mas eficazmente, a premência da salvaguarda deste bem comum vai sendo assimilada por todos, num processo naturalmente feito de avanços e recuos, de dúvidas e certezas, de concordâncias e dissonâncias, mas sempre com um forte sentido de orientação para a preservação de toda uma importante diversidade cultural. É a perpetuação desta memória coletiva que, inegável e insubstituível, estará na génese de um futuro mais sustentável e próspero. Neste contexto e face à inexistência de um repositório dos bens culturais, tangíveis e intangíveis, que ao concelho de Guimarães respeitam, urge a sua inventariação sistemática, metódica, criteriosa e cujo préstimo se encontra intrinsecamente indissociável da sua qualidade e rigor científicos, do envolvimento da população e da comunidade científica no processo, da permanente atualização dos registos efetuados e da imprescindível divulgação e utilização que deles deve ser feita. O princípio ideológico subjacente ao projeto em causa consiste, por conseguinte, na elaboração de uma base de dados do património cultural do concelho, entendido no seu sentido mais lato e, como tal, integrando os três grandes inventários que se lhe consideram inerentes: o do património construído, o do património natural e o do património imaterial. Pretende-se, desta forma, não somente o mero registo para memória futura – o que, de per si, justificaria contudo a sua pertinência e premência – mas que se constitua como infraestrutura alicerçante da salvaguarda patrimonial de todo um concelho (indiviso do Centro Histórico), da programação turística e cultural e da investigação, ao mesmo tempo que veicule e promova a interação entre os vários departamentos da autarquia, através da partilha de informação e conhecimentos. Neste âmbito, é igualmente expectável que o

produto daqui resultante se assuma como ferramenta indispensável à próxima revisão do Plano Diretor Municipal, assegurando um inventário legalmente constituído e capaz de originar um conjunto de regras claras, precisas e objetivas conducentes à preservação e salvaguarda de um património único e insubstituível. Sê-lo-á desde já, com certeza, para a elaboração do plano de salvaguarda das “Montanhas Sagradas”, projeto intermunicipal e pioneiro de proteção do património (em todas as suas vertentes), resultante de uma parceria com o vizinho município de Braga ou, ainda, para a produção de monografias e pequenas publicações temáticas, mapas e roteiros turísticos, etc. Concomitantemente, deseja-se que este projeto faça despoletar na comunidade científica um genuíno interesse, ao comportar em si mesmo toda uma panóplia de temas a estudar e a aprofundar, para o que se propõe que a base de dados assim constituída, seja dotada de uma forte componente cultural pela qualidade e rigor científicos que serão colocados, quer nas pesquisas a efetuar, quer nos textos a verter para as fichas de inventário. Neste âmbito, a par dos protocolos a estabelecer com todas as Universidades, Instituições, Fundações, portuguesas e estrangeiras, que desenvolvam pesquisas nas áreas do património a trabalhar (**Anexo I**), e a par da estreita colaboração com a Direção Regional de Cultura do Norte, entende-se que a referida equipa de trabalho deve ser formada por um conjunto de quatro “grupos” (**Anexo II**): aquele que intitulamos de “Permanente”, que se dedicará a tempo inteiro a este projeto produzindo todo o trabalho que lhe é inerente - nomeadamente um Thesaurus e um Glossário de suporte às fichas de inventário - e promovendo o diálogo entre os vários intervenientes; o dos “Revisores Científicos”, formado por um elemento de cada uma das áreas científicas a trabalhar e que, de forma assídua, efetiva e



sistemática, deverá colaborar na definição de estratégias e conteúdos; os “Colaboradores”, do qual se deseja o inestimável contributo nas mais variadas disciplinas a abordar e nas diversas áreas de investigação a que cada um se dedica, numa partilha de conhecimentos e saberes que o inventário registará. Entre estes, e para além de mestrandos e doutorandos que queiram aprofundar conhecimentos em áreas que nos são caras e desta forma, enriquecer o trabalho a produzir estarão, não só investigadores e estudiosos locais mas, os habitantes do concelho pois, portadores de um inestimável conhecimento empírico, permitir-nos-ão efetuar o registo de todo um legado transmitido ao longo de gerações e sem os quais esta base de dados não fará qualquer sentido, já que será o seu saber a proporcionar-nos uma recolha exaustiva em campos como os do património intangível, matérias que nos são tão caras e onde a ciência raramente tem lugar. Por fim, o chamado “Temporário” a que darão corpo os estagiários das diversas disciplinas, que se ambiciona venham a existir e que darão um inestimável apoio a toda esta grande equipa, enquanto garantem a sua formação académica e técnica. A este projeto chamamos HEREDITAS: Hereditas ou herança, não fosse o Latim a língua em que se alicerçou a nossa forma de expressão escrita, uma herança de que nos orgulhamos e que, tendo sido uma língua franca por mais de nove mil anos, é simultaneamente um valor comum a tantos outros povos; Hereditas, porque traduz toda uma Herança Cultural que, tendo-nos sido legada, temos por obrigação preservar e salvaguardar. Apoiada por um software de inventário, que se afigura garante da abrangência de todo um leque de variáveis que urge considerar – como: a descrição do bem, as suas características, estado de conservação, iconografia, autores, envolvente, cronologia, estratigrafia, heráldica, medidas,

parâmetros urbanísticos, horário de visita, geomorfologia, sistemas agrários, linhas de água, etc. – e que permite que as diversas fichas de inventário se relacionem entre si, associando aos bens construídos, as manifestações de carácter intangível que lhes são intrínsecas (de que é exemplo a manifesta inseparabilidade entre a Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos e as Festas Gualterianas ou, entre a Capela de Nossa Senhora da Conceição e as Nicolinas) este software permite ainda a associação de imagens, vídeos e links de acesso às obras digitalizadas por qualquer arquivo ou biblioteca, se disponibilizadas ao público (ainda que os sistemas de inventariação possam ser distintos), tal como disponibiliza a capacidade de determinados campos poderem ser partilhados e preenchidos por outros departamentos da autarquia, mantendo, por exemplo, atualizados: a avaliação dos imóveis que, considerados como sendo bens de valor patrimonial, sejam pertença da autarquia, ou os pareceres técnicos decorridos do ato do licenciamento urbanístico, relativos a intervenções a realizar nos bens considerados (registo cronológico). Paralela e indissociavelmente, proceder-se-á ao registo cartográfico através de um outro software, este de utilização gratuita - o QGis – e que mais não é do que uma plataforma de georreferenciação em open source, que permite criar, editar, visualizar e analisar todo o tipo de informação geoespacial e, assim, produzir mapas que utilizam sistemas internacionais de coordenadas geográficas. Porém, as potencialidades deste programa não se circunscrevem ao mero mapeamento. Muito pelo contrário, pretende-se seja programado para a análise de dados, tão diversos quanto os referentes à quantidade e tipo de bens patrimoniais intervencionados em determinado período de tempo, aos locais onde se encontra o maior número de edifícios em ruína, à sua implantação segundo





uma determinada tipologia construtiva, uma determinada época de construção, etc. Através do QGis, deverá ser criado um layout para partilha pública - fazendo corresponder a cada um dos objetos cartografados a respetiva ficha de inventário - através da página Web do Município e, numa primeira fase, em português, inglês e castelhano. Tal permitirá aos utilizadores (investigadores e/ou turistas) a impressão integral dos mapas produzidos ou de uma qualquer parte destes, bem como o acesso à generalidade dos objetos nele identificados ou, a cada uma dos seus diferentes 'atributos' sendo certo que, a cada um deles corresponderá uma determinada tipologia de bem patrimonial e a cada bem, uma ficha de inventário (também ela passível de impressão). Estarão assim disponíveis as ferramentas que, acessíveis em qualquer parte do globo, viabilizarão não só o traçado de rotas turísticas individualizadas e ajustadas aos interesses de cada um (sejam eles culturais ou de puro lazer, mais ou menos alargados no tempo e mais ou menos dispendiosos), mas também a que os serviços municipais de Turismo diversifiquem a sua oferta e que a possam trabalhar em função da sua aceitação (**Anexo III**), mas sobretudo o aprofundar de conhecimentos, pelo interesse que determinados temas poderão suscitar aos diversos interessados. Estarão reunidas, sem qualquer margem para dúvidas, as condições para uma intervenção mais fundamentada, célere e capaz, num património que é de todos e de todos deve merecer um tratamento de excelência. E é ainda no encalce dessa excelência, que se pretende que todo o trabalho a produzir se leia como um conjunto coeso ao qual é transversal uma mesma linguagem concetual. Para tanto, deverá ser da responsabilidade de uma equipa de design todo o material gráfico inerente à Hereditas, desde o logotipo identitário do projeto, passando pelo estudo e tratamento de todos

os conteúdos a publicar (monografias, mapas, roteiros, etc.) até ao acompanhamento da sua execução tipográfica. Pensado como um projeto cujo tempo de execução se torna difícil (se não impossível) de balizar, entende-se todavia, poder ter uma fase inicial de dois anos, para a qual serão definidos conteúdos programáticos e que se propõe coincidam com o tempo de execução da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020: Norte 2020. Findo aquele prazo e face às metas atingidas pelo projeto em apreço, caberá então à autarquia a decisão da sua continuação ou do seu termo.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO – GRUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB –**

**CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, no dia 12 de Novembro a Aveiro. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na 3ª jornada do Campeonato Nacional da segunda divisão e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 09 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO - GRUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB –**

**CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro



para efetuar o transporte das equipas Sub-14 e Sub-16, no dia 20 de Novembro a Viseu. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa sub-14 na 3º Etapa do torneio Inter-regional de Outono e da Equipa Sub-16 na 3º Etapa do torneio Inter-regional de 7's e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO – GRUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB –**

**CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "O GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das equipas Sub-14 e Sub-16, no dia 6 de Novembro a Arcos de Valdevez. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação das equipas Sub-14 e sub-16 na 2ª jornada do Torneio Inter-regional de Outono de Sub-14 e Sub-16 e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 05 de novembro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DESPORTO - ASSOIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO – APOIO**

**FINACEIRO** - Presente a seguinte proposta: "A Associação de Ciclismo do Minho realiza anualmente a sua Gala de Encerramento, tendo passado por vários locais da nossa região. Este ano, é

pretendido realizá-la na nossa Cidade, mais propriamente no grande auditório do CCVF, no próximo dia 10 de dezembro, considerando tudo o percurso da cidade ao nível desportivo, mas igualmente dos seus atletas. Esta Gala tem por finalidade a entrega dos prémios dos Campeonatos do Minho das várias vertentes do ciclismo e homenageados os atletas minhotos que se sagraram Campeões Nacionais, e que conquistaram resultados de relevo a nível internacional. A realização deste evento em Guimarães enaltece e incentiva o trabalho de diversas entidades vimaranenses na promoção da prática do ciclismo nas suas diversas vertentes, para além do prestígio recíproco associado. Neste sentido, propõe-se atribuição de um subsídio à Associação de Ciclismo do Minho, para que possam assumir junto da Oficina o pagamento pela utilização do grande auditório no valor de €2.306,25 euros. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €2.306,25 (dois mil trezentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos) à Associação de Ciclismo do Minho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - INDEMNIZAÇÃO POR REPARAÇÃO DE TELEMÓVEL** – Presente a seguinte informação: “De acordo com a informação do Diretor do Departamento de Polícia Municipal e informações complementares que se anexam, o telemóvel pessoal da trabalhadora desta autarquia Maria Manuela Morgado Nogueira Carvalho foi danificado por ter caído durante a sua utilização em serviço, durante vistorias que esta e o técnico Vítor Manuel Silva Ferreira efetuavam, na freguesia da Costa, no dia 28 de junho de 2016. Este tipo de danos não se encontra abrangido pelo regime de reparação de acidentes de trabalho. Contudo, resultando o dano do



exercício das suas funções, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a atribuição à trabalhadora de um valor compensatório correspondente ao orçamento apresentado para a reparação do telemóvel, no valor total de €307,50.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – VITÓRIA SPORT CLUBE - INSTALAÇÃO DE UM PARQUE DE PATINAGEM E SKATE NUM TERRENO PROPRIEDADE DO VITÓRIA SPORT CLUBE – ACORDO PARA CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO** - Presente a

seguinte proposta: “Em reunião da Câmara Municipal realizada no passado dia 8 de setembro foi aprovada uma proposta para a instalação de um parque de patinagem e skate num terreno propriedade do Vitória Sport Clube mediante a celebração de um acordo com o Clube, nos termos ali expostos e que aqui se dão por reproduzidos. Na proposta era referido que o Município de Guimarães pretende levar a efeito a execução de um Parque de Patinagem e Skate, identificando-se como local estratégico preferencial para esse efeito um terreno propriedade Vitória Sport Clube, contíguo ao Parque da Cidade, complementando as valências já existentes nesse local e atraindo um novo tipo de praticantes desportivos. Contactado para o efeito, e após reuniões realizadas, foi proposto um acordo ao VSC que passaria pela cedência do terreno onde está construída a antiga e desativada piscina do Clube e a sua envolvente ao Município, mediante a constituição de um direito de superfície a favor deste. Como contrapartida, o Município disponibilizaria ao Vitória Sport Clube um espaço do domínio público, que se encontra nas imediações do Estádio D. Afonso Henriques, na Rua de S. Gonçalo, para

exploração de um posto de abastecimento de combustíveis. A proposta terminava propondo que a Câmara Municipal “*aprove a constituição do direito de superfície do terreno da Rua de São Gonçalo, a favor do VSC, pelo prazo de 20 anos, cujas obras de requalificação correrão por conta do VSC, como contrapartida da constituição do direito de superfície, a favor do Município de Guimarães, da parcela de terreno situada na Rua Antero de Quental, freguesia da Costa, propriedade do VSC, inscrita na matriz sob o artigo 216, com uma área de 7.461,25 m<sup>2</sup>, pelo prazo de 20 anos, tendo como finalidade a construção de um parque de patinagem e skate*”. Ora, esta proposta continha um lapso que é agora necessário retificar. Na verdade, o Município não irá constituir um direito de superfície do terreno da Rua de São Gonçalo a favor do Vitória Sport Clube, porque se trata de um bem do domínio público, mas sim uma concessão da utilização privativa desse bem do domínio público, como se compreende do restante texto da proposta e do seu próprio assunto. Tratou-se, efetivamente, um lapso de escrita que é agora necessário retificar, pelo que se submete à consideração do Sr. Presidente que seja apresentada uma proposta retificativa à câmara municipal, no sentido de ser esclarecida a natureza jurídica do direito que o Município vai conceder ao Clube, que não é a constituição de um direito de superfície, mas sim concessão da utilização privativa de um bem do domínio público.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - PEDIDO DE REGISTO DE MARCA – “Guimarães Verde”** – Presente a seguinte proposta: “Através da consulta do Boletim da Propriedade Industrial n.º 2016/10/27 a Câmara Municipal teve conhecimento da pretensão de registo da marca “Guimarães Verde”, por parte do Sr. Júlio Miguel Freitas de Oliveira



e Araújo, eventualmente para futura utilização comercial privativa. No caso de a Câmara Municipal pretender não dar autorização a tal registo, deve pronunciar-se no prazo de 2 meses contados da data de publicação do respetivo Boletim da Propriedade Industrial, conforme prevê o art.º 17.º do Código da Propriedade Industrial. O Município de Guimarães acumulou ao longo das duas últimas décadas um enorme capital de prestígio, credibilidade e notoriedade, tornando-se num concelho pioneiro em vários domínios e um dos que mais consistentemente tem investido numa visão diferenciada, baseada na valorização dos seus ativos intangíveis. Hoje existe uma Guimarães do Talento, com um sistema de ensino de excelência, onde pontuam escolas secundárias prestigiadas e uma universidade de investigação; uma Guimarães da Inovação, com um parque de ciência e tecnologia, incubadoras e gabinetes de transferência de conhecimento, centros de investigação universitários e empresas exportadoras de grande expressão; existe por certo a Guimarães Conectada, por via das inúmeras ligações institucionais, como a mais recente Universidade das Nações Unidas, das ligações eletrónicas e também das ligações físicas concretizadas pela elevadíssima acessibilidade por terra, ar e mar; e temos ainda a Guimarães Autêntica, com o seu centro histórico como Património da Humanidade, com a excelente recuperação da zona de Couros ou com as suas mais variadas expressões artísticas e da cultura popular. A par desse trabalho, Guimarães recebeu nos últimos anos iniciativas como a Capital Europeia da Cultura e a Cidade Europeia do Desporto que, para além do elevado impacto internacional, foram eventos que ajudaram a instalar dinâmicas e a entrar no quotidiano do vimaranense. Esta estratégia chegou agora a um novo nível de objetivos orientados para o ambiente e a sustentabilidade. Um

novo paradigma de cidade, eficiente e com qualidade de vida, assente no cruzamento entre a história, a indústria, a criatividade e o conhecimento. Guimarães pretende assim desenvolver a dimensão ambiental, essencial para o modelo de desenvolvimento que tem sido até agora exemplar. Tal como a estratégia europeia, expressa no documento Europa 2020 e vertida para o Portugal 2020, também a estratégia de Guimarães sente a necessidade de conjugar os desígnios até agora assumidos com as preocupações da sustentabilidade: crescimento inteligente, inclusivo e sustentável são mais do que chavões, são na realidade um triângulo que, se bem equilibrado, pode constituir-se como a chave do sucesso. A candidatura de Guimarães ao galardão Capital Verde Europeia é, por isso, um desafio de grande dimensão. Mas o sucesso desta candidatura não é necessariamente o seu resultado final. Reside, isso sim, no valor do caminho para lá chegar. Um percurso que representa uma visão, uma ambição, e que se pretende mobilizador. É neste quadro que Guimarães apresentou esta candidatura da qual fará parte certamente, e por diversas vias, a expressão "Guimarães Verde", que agora se pretende registar como marca por parte de um particular. De facto, a alocação em questão constitui hoje símbolo da Cidade, pelo que não pode a Câmara Municipal deixar de tomar as necessárias iniciativas com vista à proteção e salvaguarda daquele que, convictamente, entendemos ser o interesse público, que passa assim por manter este, ou quaisquer outros símbolos de Guimarães, na titularidade dos órgãos municipais representativos da população. Nesta conformidade, proponho que a Câmara Municipal delibere não conceder autorização ao pedido de registo da marca acima identificada e comunique esta decisão à entidade competente." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**





**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

O Presidente da Câmara deu, ainda, as seguintes informações: ----

**1** - Que no próximo dia 6 de dezembro vai ser inaugurada a rua de "S. Nicolau dos Estudantes", novo arruamento de Guimarães, que liga o Largo República do Brasil ao Parque das Hortas, convidando todos os Vereadores a estarem presentes. -----

**2** - Que a próxima reunião de Câmara se realiza no dia 15 de dezembro, em virtude do feriado de 8 de dezembro, e será descentralizada, realizando-se na União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, ficando todos os membros presentes devidamente convocados. -----

**PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**